

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ****MENSAGEM DE LEI Nº 029/2014**

Maringá, 24 de março de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Câmara de Vereadores, Projeto de Lei que tem por objetivo autorizar o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com a Sociedade Rural de Maringá – SRM, visando o repasse da importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a realização do evento "42ª EXPOINGÁ – 2014", a realizar-se no período 08 a 18 de maio de 2014.

Nobres Edis, este evento é uma tradicional exposição e feira de caráter internacional, objetivando difundir tecnologias nas áreas de agronegócios, comércio, indústria, serviços e finanças.

Por outro lado, a referida festa, é um dos maiores eventos gastronômicos da Região Sul do país.

Dessarte, atrai um grande número de visitantes, expositores, criadores de todo o Estado do Paraná, demais Estados do Brasil e até do exterior.

Por conseguinte, a EXPOINGÁ, evento que acontece anualmente como parte integrante dos festejos alusivos ao aniversário do Município, garante a geração de empregos temporários, traz benefícios a diversos seguimentos do mercado, dentre os quais, o setor turístico, em razão do considerável número de visitantes, quer seja do país ou do exterior.

Desta forma, certos da relevância desta propositura contamos com o apoio dessa Casa de Leis, presidida por V.Exa. e de seus nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

CARLOS ROBERTO PUPIN
Prefeito Municipal*Luiz Carlos Marinho*
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/PR 15748

Exmo. Sr.
ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
DD. Presidente da Câmara Municipal
Maringá – Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

PROJETO DE LEI Nº 13.080/2014

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com a Sociedade Rural de Maringá, visando repasse para o evento "42ª EXPOINGÁ-2014".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ,
aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a Sociedade Rural de Maringá – SRM, com o objetivo de realizar o evento "42ª EXPOINGÁ – 2014", no Município, no período 08 a 18 de maio de 2014.

Art. 2º Para o desenvolvimento do plano de trabalho, o Município de Maringá repassará à Sociedade Rural de Maringá – SRM, a importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. O repasse previsto no *caput* deste artigo, será efetuado através da dotação orçamentária nº 12.020.23.695.0006.2072 – Apoio e realização de atividades e eventos relacionados ao turismo, elemento despesa 33.50.41.00.00.99.00.99.99.1000.

Art. 3º A Sociedade Rural de Maringá – SRM, em contrapartida à obrigação assumida pelo Município, comprometer-se-á a comprovar que os recursos recebidos foram empregados nas despesas autorizadas por esta propositura, bem como promover a ampla divulgação deste projeto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Sílvio Magalhães Barros, 24 de março de 2014.

CARLOS ROBERTO PUPIN
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Maricato
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/PR 15748



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ANEXO I – Minuta

TERMO DE CONVÊNIO Nº XXXX/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARINGÁ E A SOCIEDADE RURAL DE MARINGÁ – SRM.

Aos xx (xxxxx) dias de xxxx de 2014 (dois mil e catorze), de um lado, o **MUNICÍPIO DE MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 76.282.656/0001-06, com sede na Av. XV de Novembro, 701, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CARLOS ROBERTO PUPIN, em conjunto com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. VALTER VIANA, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, do outro, a **SOCIEDADE RURAL DE MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.935.567/0001-84, com sede na Avenida Colombo, nº 2186, em Maringá-PR., neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. WILSON DE MATOS SILVA FILHO, inscrito no CPF/MF nº 884.641.059-91 doravante denominado **CONVENENTE**, celebram o presente Termo de Convênio, em conformidade e sujeição às disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, da Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, da Lei Municipal nº 8548/2009, do Decreto Municipal nº 1467/2009, e aos demais atos normativos do Poder Público, efetivando-se segundo as cláusulas a seguir discorridas, mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo possibilitar execução do Plano de Trabalho que se anexa e faz parte integrante deste termo, com o repasse de recursos financeiros para a realização do evento “42ª Expoingá – 2014”, a realizar-se entre 08 a 18 de maio de 2014, visando difundir tecnologias nas áreas de agronegócios, comércio, indústria, serviços e finanças, bem como fomentar o trade turístico local, evidenciando o Município de Maringá tanto no cenário estadual quanto no cenário nacional.

Subcláusula Única:- O cumprimento das metas a serem atingidas com os recursos ora repassados devem obedecer ao Cronograma de Metas (Anexo I) que passa a fazer parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Os recursos para custeio das finalidades e ações previstas neste convênio provirão da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	12	Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade Orçamentária	12020	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função	23	Comércio e Serviços
Sub Função	695	Turismo
Programa	0006	Desenvolvimento Econômico Sustentável
Projeto/Atividade	2072	Apoio e realização de atividades e eventos relacionados ao turismo
Natureza da Despesa	33.50.41.00.00	Contribuições
Desdobramento	99 00	Contribuição para entidade de interesse público
Sub Desdobramento	99.99	Demais Entidades do Terceiro Setor
Fonte de Recurso	1000	Recursos Ordinários



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DO REPASSE

Para viabilizar o cumprimento dos objetivos especificados na cláusula primeira deste termo, o MUNICÍPIO fará o repasse dos recursos através de depósitos ou transferências bancárias conforme o cronograma e informações constantes do Plano de Trabalho aprovado, abaixo transcritos:

Banco	Agência	Conta Corrente
Banco do Brasil	0352-2	91.144-5

Cronograma de Desembolso do Município

Parcela	Mês	Valor
Única	Abril	R\$ 150.000,00
TOTAL		R\$ 150.000,00

(Cento e cinquenta mil reais)

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste Convênio será até 30 de maio de 2014, iniciando-se na data de sua publicação.

§ 1º O presente termo poderá ser ajustado por meio de termo aditivo, mediante proposta devidamente justificada e aprovada pelas partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, antes do término de sua vigência.

§ 2º As alterações deverão estar demonstradas em novo Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DO CONCEDENTE:

- Repassar os recursos na data constante do cronograma de desembolso;
- Orientar, acompanhar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução do Convênio, de acordo com o objeto e Plano de Trabalho aprovado;
- Examinar e deliberar quanto à aprovação da prestação de contas da entidade, seja referente a valores, bem como ao cumprimento do objeto do Convênio;
- Fica reservada, ao Município de Maringá, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;
- A Secretaria Municipal competente definirá o direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente;

DA CONVENIENTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

- a) Repassar os recursos na data constante do cronograma de desembolso;
- b) Orientar, acompanhar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução do Convênio, de acordo com o objeto e Plano de Trabalho aprovado;
- c) Examinar e deliberar quanto à aprovação da prestação de contas da entidade, seja referente a valores, bem como ao cumprimento do objeto do Convênio;
- d) Fica reservada, ao Município de Maringá, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;
- e) A Secretaria Municipal competente definirá o direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente;

DA CONVENIENTE:

- a) Apresentar, obrigatoriamente, relatórios de execução de transferência voluntária e prestar contas dos recursos recebidos, nos prazos e formas abaixo estabelecidas, bem como na Resolução n.º 028/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Decreto n.º 1467/2009, e em demais atos normativos da Administração Municipal;

Parcela	Referente aos Meses	Data Limite Prestação de Contas
Única	Abril	10/06/14

- b) Apresentar na 1ª Prestação de Contas, cópia dos documentos (RG, CPF e CRC) do Contador habilitado que responderá e assinará os documentos contábeis da entidade;
- c) Quando da Prestação de Contas, deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico a Prestação de Contas com os documentos originais e obrigatoriamente, uma cópia de todos os documentos que compõem a Prestação, para análise e aprovação. Anexar Certidão Negativa Municipal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas e do Município;
- d) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo Município na forma e nos moldes que preceitua o Decreto Municipal nº 1467/2009;
- e) Efetuar os pagamentos das despesas somente através de cheque no valor exato do comprovante de despesa e com o sistema de cópia do cheque;
- f) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos, de acordo com o Objeto e Plano de Trabalho aprovado;
- g) Restituir, obrigatoriamente, eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, à entidade concedente dos recursos, ou ao Tesouro Municipal, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;
- h) Os produtos resultantes da aplicação financeira devem ser aplicados na consecução do objeto deste convênio;
- i) Fica a entidade tomadora dos recursos obrigada a restituir ao MUNICÍPIO, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento acrescida de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:
 - I. quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
 - II. quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
 - III. quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida neste termo de convênio e/ou houver atraso injustificado no cumprimento das etapas.
- j) Dar livre acesso de servidores que compõem o Sistema de Controle Interno do Município de Maringá, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de inspeção/fiscalização ou auditoria;
- k) Obrigatoriamente movimentar os recursos em conta bancária específica em instituição financeira oficial, indicada no Plano de Trabalho aprovado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

- l) Sujeitar-se ao procedimento licitatório no que tange o art. 17 e Parágrafo Único, da Resolução 03/2006 do Tribunal de Contas, atendendo os princípios de economicidade e eficiência.
- m) Nas aquisições de bens e serviços fica o responsável pela aplicação dos recursos repassados obrigado ao atendimento dos princípios de economicidade e eficiência, justificando, expressamente, a opção utilizada, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica. O atendimento dos princípios de economicidade e eficiência deverão ser comprovados conforme definido no artigo 25, do Decreto 1467/09.
- n) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, social e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- o) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto deste Convênio, assim como arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pelo MUNICÍPIO;
- p) Submeter-se à supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO, fornecendo as informações necessárias à execução do objeto deste Termo;
- q) Fornecer recibo numerado ao MUNICÍPIO, assinado pelo Presidente e/ou Tesoureiro, contendo timbre da CONVENIENTE, e informações idênticas às do Plano de Trabalho quanto a identificação do Convênio, parcela a ser recebida e dados da conta bancária. O recibo deverá ser entregue ao órgão concedente em no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência à data de programação de repasse constante na cláusula quarta deste instrumento;
- r) Manter em arquivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da assinatura deste Termo, os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com identificação deste Convênio, com vista a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
- s) Comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO a mudança do Presidente e comprovar mediante ata registrada em cartório, sob pena de rescisão de convênio;
- t) Sujeitar-se às normas pertinentes da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 113/2005, Resolução nº 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Municipal 8548/09, Decreto nº 1467/09, e demais atos normativos do Poder Público Municipal;
- u) Fica a entidade tomadora dos recursos obrigada a utilizar o sistema de transferências voluntárias municipais, disponível no sítio www.maringa.pr.gov.br, bem como, responsável por fornecer dados para atualização no cadastro e pelo correto lançamento das informações da execução do repasse, trimestralmente ou nos prazos estabelecidos pelo concedente, conforme art. 10 do Decreto nº 1467/2009.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Fica facultado aos partícipes deste termo de convênio denunciá-lo ou rescindi-lo, a qualquer tempo, imputando-se-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A presente transferência voluntária será fiscalizada pelos órgãos competentes pelo controle interno e externo da Administração Pública Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Subcláusula única: Ficam designados os servidores Leonel Benvides, assessor administrativo, matrícula nº 17609, inscrito no CPF sob nº 325.707.679-72 e Artur Salgueiro da Silva Filho, agente administrativo, matrícula nº 11610, inscrito no CPF sob nº 553.904.639-00, para exercer a fiscalização e o acompanhamento deste Convênio, nos termos disciplinados nos artigos 58, III e 67, da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Maringá renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas abaixo assinadas.

Maringá, .. de de 2014.

P/ Município:

Carlos Roberto Pupin
Prefeito Municipal

Valter Viana
Secretário Municipal

P/ Conveniente:

Wilson de Matos Silva Filho
Diretor Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF: